



PROGRAMA ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL - ANGOLA
2018-2022

18-09-2018

[Handwritten signature]

1 *[Handwritten signature]*

CONTEXTO GLOBAL

1. Considerando que as relações de cooperação entre a República de Angola e a República Portuguesa se fundamentam em afinidades históricas e culturais, matriz jurídica similar e língua comum que têm evoluído, de forma dinâmica, ao longo dos anos, de acordo com os objetivos e prioridades de desenvolvimento de ambos os países;
2. Considerando que o presente Programa de Cooperação reflete o patamar das relações de cooperação entre os Governos de Angola e de Portugal, a realidade atual dos dois países, e as respectivas políticas nacionais;
3. Considerando a abrangência da política de cooperação para o desenvolvimento e a sua complementaridade intersectorial;
4. Tendo presente os compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030, nomeadamente a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2063, a Agenda de Adis Abeba, a Agenda do Clima, a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz e demais compromissos internacionais em matéria de cooperação para o desenvolvimento;
5. Considerando os desafios globais e de natureza interdependente e a importância de concertar uma resposta integrada e conjunta aos mesmos;
6. Reconhecendo as alterações da arquitetura internacional do desenvolvimento com uma multiplicidade de atores nacionais e internacionais e a diversidade de fontes e instrumentos de financiamento;
7. Considerando ainda os resultados da avaliação conjunta ao anterior Programa Indicativo de Cooperação 2007-2010 e sucessivas Adendas ao mesmo;



8. Atendendo às prioridades estratégicas de Angola de “Desenvolvimento Humano” e de “Desenvolvimento Económico, Sustentável, Diversificado e Inclusivo”;
9. Considerando os benefícios recíprocos de uma colaboração entre o Governo de Angola e os seus parceiros para enfrentar desafios em áreas essenciais à consolidação e sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento patentes na **Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo “Visão 2025”** e demais Planos nacionais e sectoriais;
10. Comprometidos com a adoção de um Programa alinhado com as prioridades e objetivos de desenvolvimento do Governo da República de Angola, tendo por base as respetivas políticas nacionais, e reconhecendo o valor acrescentado da Cooperação Portuguesa, Angola e Portugal acordam um Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período **2018-2022**.



OBJETIVOS DO PROGRAMA

11. A cooperação estratégica entre a República de Angola e a República Portuguesa deve estar alinhada aos principais instrumentos de desenvolvimento de ambos os países, sendo para o caso de Angola: Estratégia Angola 2025; Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022); Programas Estruturantes da atividade económica, em particular o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI); e Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ);
12. O PEC concentrará esforços nos seguintes sectores, tendo em conta a convergência entre as prioridades e políticas estratégicas do Governo angolano e as comprovadas mais-valias da cooperação portuguesa nestas áreas: Educação, Formação/Capacitação e Cultura; Saúde; Trabalho e Assuntos Sociais; Justiça, Segurança e Defesa; Energia, Água e Ambiente; Agricultura; Finanças Públicas e Setor Privado. As intervenções previstas em cada um dos sectores prioritários concorrem para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
13. A promoção da igualdade de género, os direitos humanos e o apoio a grupos mais vulneráveis (como crianças, jovens e idosos) permanecem como objetivos transversais dos setores de intervenção prioritários;
14. Considerando uma visão global do desenvolvimento, o relacionamento bilateral corresponderá três domínios para a cooperação económica estratégica, nomeadamente: (i) Cooperação para o Desenvolvimento, assente na ajuda e apoio que Portugal concede ou venha a conceder à Angola; (ii) realização de cooperação económica estratégica, com a envolvente empresarial, criação de parcerias empresariais, investimento direto recíproco, comércio bilateral e projetos comuns; e, (iii) integração económica no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);



15. Paralelamente, a cooperação estratégica deve estar assente por instrumentos jurídicos operacionais, entre os quais já negociados e assinados: (i) Acordo de Cooperação Económica Bilateral; (ii) Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos; e, (iii) Acordo sobre o Observatório de Investimentos Angolanos em Portugal e Portugueses em Angola;
16. A cooperação estratégica entre os dois países em matéria de resiliência, nomeadamente, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, biodiversidade, tanto na cooperação para o desenvolvimento como na resposta humanitária, é fundamental para o desenvolvimento sustentável da economia e sociedade, por via da interligação com outros sectores primordiais;
17. Serão tidos em consideração ao longo do período de vigência deste PEC os objetivos partilhados no âmbito da CPLP;
18. O PEC investirá em Programas, Projetos e Ações (PPA) com maior dimensão e impacto potencial para o país harmonizados com os Programas de Ação, previstos na estratégia do Governo angolano.
19. As intervenções serão coordenadas entre os vários atores da cooperação, numa lógica participada e inclusiva. Nessa linha será dado particular enfoque à promoção de parcerias com outros atores, públicos e privados, nacionais e internacionais, nomeadamente com o sector privado, ONGD, Fundações, Academia e a comunidade doadora internacional, em particular a União Europeia e os Bancos de Desenvolvimento Regionais;
20. O PEC pressupõe uma abordagem integrada dos diferentes fluxos financeiros e modalidades de atuação, que promovam, na extensão possível a utilização dos sistemas nacionais, numa lógica de complementaridade das intervenções e valências dos vários parceiros, incluindo a cooperação multilateral e triangular;

21. Os Programas, projetos e ações deverão promover a devida apropriação por parte dos parceiros, por forma a assegurar estratégias de saída adaptadas à natureza de cada uma das intervenções;
22. As intervenções serão conduzidas numa ótica de gestão por resultados, com um acompanhamento regular e sistemático e avaliação das intervenções a serem realizadas conjuntamente por Angola e Portugal. A gestão de risco deverá também ser equacionada nas diferentes fases do ciclo programação-operacionalização;
23. A transparência e comunicação dos resultados continuarão a ser reforçadas, numa lógica de prestação de contas e responsabilização mútua;
24. A Cooperação Portuguesa identifica como envelope financeiro indicativo, sujeito a revisão anual, para os 5 anos do Programa, o montante de EUR: ~~535~~ ⁵³⁵ -M€ para programas, projetos e ações que será ulteriormente alocado, nomeadamente, pelos seguintes sectores de intervenção prioritários: Educação, Formação/Capacitação e Cultura; Saúde; Trabalho e Assuntos Sociais; Justiça, Segurança e Defesa; Energia, Água e Ambiente; Agricultura; Finanças Públicas e Sector Privado.
25. O financiamento por Portugal das intervenções que decorrem do PEC depende da disponibilidade orçamental e é efetuado nos termos do Direito interno português.

SECTORES DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

26. A **Educação, Formação/Capacitação e Cultura** são vetores fundamentais no processo de desenvolvimento do capital humano e social, para a redução da pobreza e para se alcançar um desenvolvimento sustentável com efeitos multiplicadores noutros domínios do desenvolvimento.
27. O desenvolvimento do capital humano através da melhoria da qualidade do ensino e da formação, reforma e consolidação dos sistemas e subsistemas e da sua gestão têm efeitos multiplicadores não apenas no sector da educação como noutros domínios.
28. Considerando a amplitude dos desafios e oportunidades relacionadas com o acesso e a melhoria da qualidade da Educação em Angola, bem como o empenho conjunto na promoção da língua oficial, o apoio a prestar por Portugal deverá ser especialmente orientado para a formação contínua de professores, formação de formadores e ensino superior numa perspetiva de contribuir para a sustentabilidade das intervenções.
29. A educação profissional (técnica e vocacional) representa uma aposta no desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e competências técnicas. Um sistema de ensino técnico-profissional robusto, complementado com estágios profissionais em empresas constitui um elemento essencial para uma resposta mais eficaz às necessidades e especificidades de mercado de trabalho e também uma garantia de maiores probabilidades de empregabilidade.
30. A preservação e valorização do património artístico e cultural, nomeadamente através do reforço dos sistemas nacionais de museus, arquivos históricos, bibliotecas e diferentes manifestações artísticas e culturais, constituem um ativo inquestionável no processo de desenvolvimento.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, nomeadamente as seguintes áreas:

- Apoio às áreas da formação de técnicos, agentes educativos e professores, desenvolvimento curricular, avaliação do sistema educativo, inspeção escolar, ciência e tecnologia;
- Apoio na área do reconhecimento e acreditação mútua de cursos do ensino superior;
- Programa de Bolsas de Ensino e/ou Formação em Portugal (licenciatura, mestrado e doutoramento);
- Programa de Bolsas de Estudo Internas (Ensino Superior, Secundário e Profissional);
- Colaboração no domínio do Ensino Superior e da Formação de Quadros, em áreas relativas à promoção da mobilidade de docentes e investigadores em instituições de ensino superior e centros de investigação científica, realçando-se as áreas da medicina e engenharia;
- Disponibilização de vagas a estudantes angolanos ao abrigo do Regime Especial de Acesso a Universidades Públicas Portuguesas;
- Formação de professores recorrendo às novas tecnologias como o Ensino a Distância para formação de professores;
- Apoio técnico em áreas ligadas ao património histórico e a revitalização da cultura nacional;
- Colaboração na divulgação da obra de criadores e agentes culturais.

31. O fortalecimento dos sistemas de **Saúde** é fundamental no sentido de melhorar a acessibilidade e qualidade da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, bem como a ligação entre cuidados primários e hospitalares. A capacitação institucional e a formação bem como a assistência médica em Portugal são elementos chave desta colaboração, assim como a promoção do investimento privado neste setor da saúde.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, nomeadamente as seguintes áreas:



- Fortalecimento da vigilância epidemiológica e resposta a emergências na área das doenças infecciosas;
- Melhoria do controlo da qualidade laboratorial;
- Reforço da capacitação institucional e dos profissionais de saúde angolanos, através da formação/estágios/ensino pós-graduado em áreas identificadas pelas Partes como prioritárias, sobretudo na área da saúde materno-infantil;
- Reforço da investigação e desenvolvimento em saúde.

32. O apoio à área do **Trabalho e Assuntos Sociais** através da capacitação institucional dos sistemas de proteção social, emprego e formação profissional, relações laborais e condições trabalho reveste-se da maior importância para o desenvolvimento humano e melhoria do bem-estar das populações mais vulneráveis.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, designadamente as seguintes áreas:

- Reforço da capacitação institucional nas áreas das relações laborais e condições de trabalho, emprego, formação profissional e segurança social, no âmbito da cooperação entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (MTSSS) e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Angola (MAPTSS);
- Reforço da capacitação institucional na área da assistência e reinserção social, no âmbito da cooperação entre o MTSSS e o Ministério da Ação Social, Família e Promoção e da Mulher (MASFAMU);
- Assistência técnica e capacitação institucional e apoio na formação nas áreas da educação técnico-profissional e da formação profissional, em particular de quadros do serviço social (sistema ETFP).

33. A equidade e o acesso à **Justiça** constituem elementos chave na preservação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

34. Neste âmbito, a intervenção de Portugal deverá ser orientada para a capacitação institucional dos agentes da Justiça de modo a contribuir para uma maior eficiência e eficácia dos sistemas jurídico e judiciário angolano, com vista à consolidação do Estado de Direito e Boa Governança, pilares essenciais da democracia.
35. Dotar as estruturas jurídicas e administrativas com ferramentas que asseguram maior eficácia das instituições no combate contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, fatores essenciais para a afirmação e a consolidação do Estado de Direito.
36. A ligação entre **defesa**, segurança e desenvolvimento é hoje inquestionável. No domínio da Defesa, Portugal pretende contribuir para que as Forças Armadas Angolanas se constituam, de forma crescente e sustentada, como um fator de referência e unidade nacional e sejam produtoras de estabilidade e segurança, através do apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, ao Exército, à Força Aérea Nacional, à Marinha de Guerra Angolana e à Escola Superior de Guerra, bem como do ensino e formação em Portugal, da criação de condições que permitam a eventual participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e humanitárias, da cooperação nas áreas da segurança marítima, da saúde militar, da Inspeção-Geral na área da Defesa, da ciberdefesa, das tecnologias de informação e comunicação, da oceanografia, da hidrografia, da cartografia, dos sistemas de informação geográfica, da investigação e desenvolvimento e de parcerias nas indústrias de Defesa.
37. No domínio da **segurança** interna compete ao Estado garantir a segurança e ordem públicas, constituindo-se como um contributo fundamental para a redução da criminalidade e da violência urbana, para melhorar o bem-estar dos cidadãos, a perceção de segurança e o crescimento do país. Neste quadro, Portugal tem disponibilidade para cooperar com as Autoridades angolanas na realização de ações de formação nas áreas de segurança interna, de formação



de nível superior para agentes policiais e de estágios para quadros superiores das Forças de Segurança Policiais angolanas.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações nas áreas da Justiça, Segurança e Defesa que abranjam, nomeadamente as seguintes áreas:

- Contribuir para a consolidação do sistema de justiça através de ações de assistência/assessoria técnica e de formação/capacitação nas diferentes áreas do Direito, bem como dos registos e notariado, arquivo e estatísticas da justiça e intercâmbios e partilha de experiências e conhecimento;
- Ações de formação na área do combate ao branqueamento de capitais e corrupção;
- Reforço da capacitação das instituições angolanas na elaboração de legislação e de pareceres;
- Programa de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD);
- Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR) e Programa de Formação em Portugal (PFORPOR), ambos em regime de bolsa e de propina;
- Programa de Cooperação Técnico-Policial.

38. A **Energia, Água e Ambiente** constituem atualmente um dos domínios prioritários da cooperação dos dois países com vista à implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O uso eficiente das fontes de **energia**, a gestão integrada dos recursos hídricos, o crescimento verde e a promoção da economia circular, a melhoria das condições **ambientais** bem como o reforço da resiliência em relação aos impactos ambientais e aos efeitos das alterações climáticas, através do apoio ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, contribuem de forma inequívoca para o desenvolvimento sustentável das sociedades e para o combate à pobreza, estando diretamente relacionados com a exploração e uso sustentável dos recursos naturais.

39. O apoio ao desenvolvimento das infraestruturas, designadamente nos domínios da energia, água e saneamento, ambiente, transportes, telecomunicações e obras públicas encerra, igualmente, um potencial para a promoção do investimento privado.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, entre outras, as seguintes áreas:

- Reforço das capacidades institucionais nas áreas ligadas à proteção do ambiente (alterações climáticas, energia, água) e direito ambiental;
- Definição e implementação de um sistema de Monitorização, Reporte e verificação das ações relativas às novas tecnologias ambientais (Monitorização e controlo da qualidade do ar e poluição da poluição da Água);
- Estudos da biodiversidade e conservação da natureza;
- Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

40. A promoção de uma **Agricultura** competitiva, assente na reorientação da produção familiar para o mercado e no relançamento do setor empresarial como forma de contribuir para a diversificação das atividades económicas, incentivando a criação de emprego e o aumento do rendimento, constituirá uma componente relevante da intervenção da Cooperação Portuguesa.

41. Neste quadro, pretende-se desenvolver intervenções que visem o fortalecimento sustentável da agricultura familiar com vista à redução da insegurança alimentar e nutricional.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, designadamente as seguintes áreas:

- Desenvolver um projeto laboratorial de análise de alimentos;
- Promover a constituição e o desenvolvimento de associações de produtores agrícolas e a criação de parcerias estratégicas para a melhoria da cadeia de valor dos seus produtos;



- Capacitar as instituições de investigação Agrária e Veterinária;
- Reforçar a formação de quadros a nível de Mestrado, Doutoramento e especialização, incluindo a formação profissional;

42. A boa governação em **finanças públicas** é fundamental para a gestão dos fundos públicos e para a credibilização das instituições nomeadamente através da criação de um sistema de gestão central e local, e de planeamento e administração financeira.

43. O estímulo ao **sector privado** é crucial para a criação de novas oportunidades, serviços, produtos e emprego, promovendo-se o relacionamento empresarial entre os dois países.

44. A partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas nas áreas da **Simplificação e Modernização Administrativa** serão promovidas como potencial para melhorar o desempenho da administração pública bem como da promoção de um ambiente de negócios favorável.

O PEC prevê desenvolver programas, projetos e ações que abranjam, nomeadamente as seguintes áreas:

- Apoio no processo de reforma das finanças públicas;
- Apoio na melhoria das condições de prestação do serviço público;
- Apoio ao programa de assistência técnica entre Bancos Centrais;
- Fomento do relacionamento empresarial entre os dois países, designadamente através do apoio a projetos de investimento lançados pelo sector privado, com garantia do Estado angolano e do Estado português, bem como da transmissão de conhecimentos e disponibilização de capacidades que potenciem os esforços de desenvolvimento da economia angolana, sem prejuízo de ações individualizadas que venham a ser identificadas pelas partes e que estejam devidamente enquadradas nos

objetivos estratégicos do PEC e para as quais exista disponibilidade orçamental.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

45. O acompanhamento e a avaliação do presente Programa Estratégico de Cooperação serão preparados, conjuntamente, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, através do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP, e pelo Ministério das Relações Exteriores de Angola, através da Direção de Cooperação Internacional;
46. Os programas, projetos e ações que venham a ser acordados entre os dois países, ao abrigo do presente PEC, serão também objeto de monitorização sistemática por parte das várias entidades envolvidas;
47. Os signatários garantirão ações de visibilidade da Cooperação Portuguesa nos programas, projetos e ações implementados ao abrigo do presente PEC;
48. Fazem parte integrante do presente Programa, o **Anexo 1** - Matriz de Seguimento dos Resultados do PEC – que deverá ser complementada, incluindo os respetivos indicadores até ao final de cada ano em função dos programas e projetos de cooperação que venham a ser aprovados; o **Anexo 2** - Matriz de Acompanhamento – Sectores de intervenção PEC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
49. As Partes reunirão até ao final de cada ano para avaliar a implementação do PEC e definir os programas, projetos e ações do ano seguinte, a serem executados no contexto do presente Programa, devendo os mesmos ser

refletidos através de indicadores no referido Anexo 1 – Matriz de Seguimento dos Resultados do PEC.

Assinado em Luanda, aos 18 de setembro de 2018, em dois exemplares em língua portuguesa.

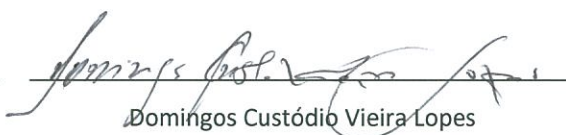
PELO GOVERNO
DA REPÚBLICA PORTUGUESA



Teresa Ribeiro

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e
da Cooperação

PELO GOVERNO
DA REPÚBLICA DE ANGOLA



Secretário de Estado da Cooperação Internacional
e Comunidades Angolanas

Cópia certificada conforme o original depositado no Arquivo Diplomático.

Lisboa , 25 de setembro de 2018
Chefe de Divisão de Arquivo e Biblioteca
Ministério dos Negócios Estrangeiros